



O BRASIL QUE QUEREMOS: CIÊNCIA, DEMOCRACIA E SOBERANIA



Cadernos SBPC

EDIÇÃO 2026

Cadernos SBPC

EDIÇÃO 2026

O BRASIL QUE QUEREMOS: CIÊNCIA, DEMOCRACIA E SOBERANIA



Ciclo Vozes da Ciência — SBPC 2025/2026



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência

Diretoria da SBPC (2025-2027)

Presidente: Francilene Procópio Garcia

Vice-presidentes: Soraya Soubhi Smaili e Aldo José Gorgatti Zarbin

Secretária-geral: Andréa Mara Macedo

Secretários: Marilene Corrêa da Silva Freitas,
Ana Tereza Ribeiro de Vasconcelos e Samuel Goldenberg

Primeira tesoureira: Giselle Zenker Justo

Segunda Tesoureira: Laila Salmen Espíndola

Publicação

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC
Rua Maria Antonia, 294 – 4º andar – Vila Buarque – 01222-010
São Paulo – SP – Brasil
Tel.: (11) 3259.2766
portal.sbpcnet.org.br

Redes Sociais



@SBPCnet

Projeto editorial e edição de textos

Francilene Procópio Garcia
Soraya Soubhi Smaili
Daniela Klebis

Colaboração

GT - Vozes da Ciência
Soraya Soubhi Smaili
Samuel Goldenberg
Renato Cordeiro
Mariana Moura

GT – Eleições 2026
Coordenação: Francilene Procópio Garcia

GT – Educação Básica
Coordenação: Sandra Lúcia Escovedo Selles

GT – Ensino Superior e Políticas de Pós-Graduação
Coordenação: Carlos Alexandre Netto

GT – Meio Ambiente e Biodiversidade
Coordenação: Renata Libonati dos Santos

GT – Filantropia
Coordenação: Guilherme Ary Plonski

GT – Direitos Humanos
Coordenação: Emmanuel Zagury Tourinho

GT – Estado Laico
Coordenação: Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha

GT – Políticas de CT&I e Parlamento
Coordenação: Ildeu de Castro Moreira

GT – Saúde
Coordenação: Rosana Teresa Onocko-Campos

GT – Diversidade
Coordenação: Miriam Pillar Grossi

Conheça os integrantes dos GTs:
<https://portal.sbpnet.org.br/grupos-de-trabalho/>

Arte e Diagramação

Fernanda Pestana
(Verdesign Comunicação Visual Ltda)

Impressão

Type Brasil Qualidade em Gráfica e Editora Ltda.

Publicação especial do Jornal da Ciência

Agradecemos a todos os participantes do ciclo de debates “Vozes da Ciência - O Brasil que Queremos” e integrantes dos Grupos de Trabalho da SBPC, que contribuíram para a produção deste material.

Todos os seminários estão disponíveis no canal da SBPC no Youtube
(youtube.com/canalsbpc)

VENDA PROIBIDA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PELA
SOCIEDADE BRASILEIRA PELO PROGRESSO DA CIÊNCIA

A ciência tem propostas e um espaço para o diálogo.

Escaneie e acesse o **Observatório das Eleições 2026 da SBPC**:
candidatas e candidatos registram seus compromissos com a ciência,
a democracia e a soberania; a sociedade acompanha, pergunta e propõe.



portal.sbpnet.org.br/observatorio-eleicoes2026

Apresentação

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) cumpre, mais uma vez, em 2026, a sua tradição de contribuir com o debate público nacional a partir da voz organizada da comunidade científica brasileira. O ciclo Vozes da Ciência, realizado entre novembro de 2025 e maio de 2026, reuniu treze mesas temáticas com pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas e regiões do país, com o objetivo de construir propostas qualificadas para o Brasil que queremos.

Este caderno é o resultado desse esforço coletivo. Ele se inspira no “Projeto para um Brasil Novo” — documento elaborado pela SBPC para as eleições de 2022 — e o atualiza para os desafios do tempo presente. Se em 2022 a tarefa central era a reconstrução de um sistema de ciência e educação devastado por anos de desmonte, em 2026 a agenda se amplia: consolidar o que foi reconstruído e enfrentar novos desafios estruturais — a transição climática, a reindustrialização sustentável, a soberania diante da inteligência artificial, o combate à desinformação, a educação continuada, a produção de conhecimento inclusivo, a saúde pública em todos os níveis e a redução das desigualdades que ainda marcam profundamente o país. Para isso, o caderno organiza as contribuições das treze mesas em sete eixos temáticos — da soberania científica à saúde, da democracia à educação, cada um partindo do diagnóstico do debate para chegar a propostas concretas.

O ciclo Vozes da Ciência foi desenhado para ir além do público especializado. Seus debates foram transmitidos ao vivo, abertos à participação da sociedade, e este caderno é dirigido a candidatas e candidatos ao Poder Executivo e Legislativo, a formadores de opinião, à imprensa e a todos os cidadãos que reconhecem na ciência um instrumento essencial para a construção de um país mais justo, soberano e democrático.

No centro de todos os debates está um compromisso que antecede todos os demais e que diz respeito à defesa intransigente da Democracia e da nossa Soberania como país e que precisa do fortalecimento de suas instituições estratégicas, em especial as Universidades e Institutos que são os grandes produtores de conhecimento e estão calcados na grande pedra angular da Constituição Cidadã de 1988. Sem democracia, não há ciência livre. Sem ciência, não há democracia sustentável.

Francilene Procópio Garcia

Presidente da SBPC

Soraya Smaili

Vice-presidente da SBPC

Julho de 2026

O Brasil de 2026

Seis realidades que o debate político raramente nomeia



CT&I: O Brasil investe 1,2% do PIB em P&D — metade da meta OCDE. Em 2002, Brasil e China investiam proporções semelhantes. Hoje, a China investe 2,6% do PIB. É necessário estabelecer um plano de metas para atingir o patamar de 2% nos próximos anos. Além disso, o registro de patentes do Brasil é 10 vezes inferior ao da Coreia do Sul.



DESIGUALDADE: 1% da população detém 25% da renda nacional. As desigualdades estão em diversos níveis, atingem questões de gênero, as diferentes regiões, as periferias, e principalmente as pessoas negras e indígenas. Das 4 mulheres assassinadas por dia, 3 são negras. Uma pessoa trans é morta a cada 1,5 dia.



SAÚDE: O Brasil tem um potente sistema de Saúde Pública, organizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que precisa ser fortalecido e financiado. Há um crescente estímulo para a organização de dados (a partir de bases públicas) que serão fundamentais para a produção de conhecimento. Os desafios também se encontram na questão da produção de insumos farmacêuticos (dependência de US\$ 13 bilhões em medicamentos importados em 2024), os quais o Brasil deve investir na produção.



CLIMA E TERRITÓRIO: O Brasil detém 20% de todas as espécies do planeta, porém há 9 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, sendo que 60% do território é Amazônia. Além disso, há pelos menos 344 municípios sob influência de facções criminosas.



EDUCAÇÃO CONTINUADA: O Brasil possui 80% das matrículas da educação básica em escola pública. Porém, 80–90% dos novos professores da rede são formados em instituições privadas. É necessário valorizar os professores. Na graduação, a educação privada de má qualidade predomina, sendo necessária uma regulação efetiva, especialmente da Educação à Distância feita pelos grandes conglomerados com fins lucrativos. Na pós-graduação há ainda o problema da falta de fixação e incentivo aos jovens doutores.



SEGURANÇA: O Brasil acumula recordes com mais de 40 mil homicídios por ano. Razão de 251 civis mortos por policiais em confronto (Rio de Janeiro, 2022). Mais de 90 facções criminosas em todos os estados.

O Brasil que a ciência conhece

Existe um Brasil que os dados revelam com precisão e que o debate político raramente nomeia. É um país que desenvolveu a soja tropical, criou a Embraer e a Embrapa, produz imunobiológicos, além de um sistema de vacinação pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), reconhecidos internacionalmente. E formou gerações de cientistas com inserções no mundo inteiro — sem que isso tenha se traduzido, ainda, em um projeto de nação que coloque o conhecimento no centro de suas escolhas. É um país que abriga 20% de todas as espécies do planeta, as maiores reservas de água doce do mundo e 90% da matriz elétrica renovável — e que ainda não decidiu o que fazer, inclusive na área do clima e segurança alimentar, com essa herança extraordinária.

Em 2002, Brasil e China investiam proporções semelhantes do PIB em ciência e tecnologia. Hoje, a China investe 2,6%, mais do que o dobro dos 1,2% brasileiros. Os países que dominam as tecnologias do século XXI **fizeram da ciência uma política de Estado**. O Brasil tem tratado a ciência como despesa contingenciável, as universidades como custo e os pesquisadores como privilégio. As consequências aparecem em diferentes áreas: um déficit comercial farmacêutico da ordem de US\$ 13 bilhões em 2024–2025, com mais de 90% dos insumos ativos importados; ausência de infraestrutura computacional soberana num momento em que a IA redefine quem produz e quem consome conhecimento; e um sistema de segurança pública que produz o extermínio sistemático de jovens negros nas periferias. Embora pareçam desafios distintos, todos expressam as dimensões de uma mesma escolha política. Neste caderno, procuramos demonstrar como a Ciência e a Tecnologia brasileiras são capazes de trazer soluções para os grandes temas do nosso país, a exemplo do que fizeram e fazem as nações mais desenvolvidas e que mais investem em Educação e conhecimento científico.

O Ciclo Vozes da Ciência

2025/2026

O ciclo “**Vozes da Ciência — O Brasil que Queremos**” foi realizado entre novembro de 2025 e maio de 2026 em treze mesas-redondas transmitidas ao vivo pelo canal da SBPC no YouTube, abertas à participação da sociedade. Ao final do ciclo, este caderno foi elaborado para ser entregue a candidatas e candidatos ao Poder Executivo e Legislativo, federal e estadual, bem como à imprensa e aos meios de comunicação, como contribuição da comunidade científica ao debate eleitoral plural, democrático e soberano de 2026.

Sessão	Tema, Participantes e Mediação
MESA 1 28/11/2025	O Lugar da Ciência no Brasil que Queremos Rubens Ricúpero · Helena Nader · Francilene Garcia · Med.: Aldo Zarbin
MESA 2 12/12/2025	Clima, Biodiversidade, Energia e Segurança Alimentar Paulo Artaxo · Carlos Alfredo Joly · Semiramis Domene · Mariângela Hungria · Med.: Marilene Corrêa
MESA 3 19/12/2025	Ciência para o Desenvolvimento e a Reindustrialização Glaucius Oliva · Mariano Laplane · Carlos Gadelha · Igor Bueno · João Calixto · Med.: Mariana Moura
MESA 4 23/01/2026	Financiamento da C&T Ladislau Dowbor · Nelson Amaral · Carlos Vogt · Maria Angélica Minhoto · Odir Delagostin · Med.: Soraya Smaili
MESA 5 06/02/2026	Educação para a Emancipação: da Básica à Pós-Graduação Malvina Tuttman · Márcia Aguiar · Luiz Davidovich · Renato Cordeiro · Giovana Lunardi · Med.: Miriam Fábria

MESA 6 27/02/2026	Saúde Pública, Saúde Global e Vigilância 360° Viviane Boaventura · Arthur Chioro · Rosana Onocko-Campos · Adele Benzaken · Esper Kallas · Med.: Samuel Goldenberg
MESA 7 13/03/2026	Inteligência Artificial e Soberania Digital Thaiane Moreira de Oliveira · Henrique Parra · Anderson Rocha · Anderson Brito · Med.: Helena Lastres
MESA 8 21/03/2026	Violência, Direitos e Justiça Social Luiz E. Soares · Flávia Cunha · Bruno P. Manso · Sara York · Pedro Serrano · Inácio Cano · Med.: Fernanda Sobral
MESA 9 27/03/2026	Arte, Ciência, Cultura e Liberdade de Expressão na Democracia Marco Lucchesi · Nelson Inocêncio · Raimunda Monteiro · João Paulo Barreto · Daniel Munduruku · Rosemara Staub · Med.: Giselle Zenker
MESA 10 10/04/2026	Diversidade e Inclusão no Enfrentamento das Desigualdades Ana Cristina J. Cruz · Sidarta Ribeiro · Edna Castro · Joaze Bernardino-Costa · Med.: Ana Tereza Vasconcelos
MESA 11 17/04/2026	Liberdade de Expressão e Verdade Reinaldo Lopes · Sandra Almeida · Tiago Braga · Nicolý Ambrosio · Fábio Pannunzio · Herton Escobar · Med.: Soraya Smaili
MESA 12 24/04/2026	Política de CT&I e o Brasil que Queremos Nísia Trindade Lima · Nilma Lino Gomes · Álvaro Prata · Med.: Francilene Garcia
MESA 13 15/05/2026	Soberania Nacional, Big Techs, IA e Desinformação Rose M. Santini · Tarcizio Silva · Deisy Ventura · Rubens Belfort · Sérgio Amadeu · Med.: Marcos Dantas

Sumário Executivo

Treze mesas. Mais de sessenta pesquisadoras e pesquisadores. Sete eixos. Uma agenda. As propostas a seguir sintetizam os principais encaminhamentos do ciclo Vozes da Ciência. Os capítulos desenvolvem cada eixo em detalhe. Cada eixo abre com uma breve descrição do que abordará, seguida de suas propostas-síntese.

EIXO I

CT&I como Projeto de Nação

Por que ciência e tecnologia são a base do desenvolvimento e da soberania — e como tornar seu financiamento uma política de Estado.

- Proteger o orçamento de CT&I com mecanismo constitucional. Meta de 2% do PIB em P&D até 2030. Plena execução do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).
- Financiamento da Ciência Básica como estratégia para o desenvolvimento da ciência de aplicação.
- Organizar a política de CT&I em missões nacionais. Fortalecer Nova Indústria Brasil e rede EMBRAPPII (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial).
- Vincular o Fundo Social do Pré-Sal à CT&I (PL 5.876/2016). Criar imunidade tributária para insumos de pesquisa. Reajustar em 45% as bolsas com indexação ao IPCA. Auditar e redirecionar os subsídios da União para CT&I; criar consulta científica obrigatória ao Legislativo.
- Exigir empregos qualificados nos contratos do Estado com Big Techs e data centers. Regular o trabalho por plataformas. Reconhecer a pós-graduação como trabalho científico.

EIXO II

Soberania Nacional: Digital, Tecnológica e Sanitária

A dependência do país em dados, plataformas e insumos críticos, e os caminhos para a autonomia digital, tecnológica e sanitária.

- Criar infraestrutura digital soberana para universidades e sistemas críticos do Estado. Retomar a política de software livre.
- Aprovar marco regulatório das plataformas e da IA. Restabelecer a distinção constitucional empresa nacional/empresa estrangeira.
- Criar programa de Estado para biotecnologia em saúde. Meta de 70% de autossuficiência em insumos estratégicos até 2030.
- Liderar iniciativa Sul-Sul de infraestrutura digital soberana. Assegurar a integridade da informação científica: ciência aberta em português e combate às revistas predatórias.

EIXO III

Sustentabilidade, Clima, Biodiversidade e Segurança Alimentar

Como transformar biodiversidade, clima e sistemas alimentares em projeto de desenvolvimento soberano.

- Criar programas de Estado que possibilitem a biodiversidade soberana (a exemplo do que ocorreu com a Biobras em épocas passadas para a produção de insulina).
- Garantir desmatamento zero na Amazônia até 2030.
- Recuperar 30 milhões de hectares de pastagens degradadas em 10 anos.

- Aprovar marco regulatório robusto para bioinsumos.
- Instituir Política Nacional de Sistemas Alimentares Sustentáveis, com merenda escolar da agricultura familiar.
- Proteger os oceanos e a biodiversidade marinha.

EIXO IV

Democracia e Segurança Pública

A defesa das instituições democráticas, o controle público das polícias e a proteção de cientistas e do debate público.

- Criar o Ministério da Segurança Pública. Submeter as polícias ao controle democrático efetivo.
- Estabelecer plano nacional de redução da violência letal embasado em dados científicos.
- Criar programa nacional de proteção de cientistas e à liberdade de pesquisa.
- Financiar comunicação científica estratégica no combate à escalada de desinformação intencional.
- Corrigir as ambiguidades dos artigos 142 e 144 da Constituição que tratam da Defesa Externa e Garantia da Ordem e da Segurança Pública e Ordem Interna.

EIXO V

Equidade, Diversidade e Justiça Social

O enfrentamento das desigualdades de raça, gênero e território — inclusive dentro da própria ciência.

- Criar cotas de contratação para docentes negros e indígenas.
- Destinar 25% das bolsas de produtividade do CNPq a docentes negros até 2030.
- Garantir equidade de gênero na distribuição das bolsas produtividade do CNPq.
- Garantir transversalidade racial em todas as políticas públicas.
- Garantir autonomia constitucional ao Ministério da Cultura.
- Incorporar a pedagogia do pertencimento nos currículos.

EIXO VI

Educação, Formação e Universidade

A cadeia da formação, da educação básica à pós-graduação, e a valorização de quem ensina e pesquisa.

- Materializar a Lei nº 15.388/2026 (PNE) e criar condições para a sua efetiva aplicação.
- Garantir o piso salarial dos professores como piso real.
- Desmilitarizar as escolas públicas.
- Proteger o financiamento das universidades públicas, onde boa parte da pesquisa básica é realizada, além da formação de profissionais e pesquisadores.
- Criar mecanismos de financiamento público estável e de longo prazo para as Universidades e Institutos Federais.

- Ampliar o PROFIX (Programa de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil), garantindo oportunidades para a inserção e permanência de jovens doutores na pesquisa, no ensino e na inovação.
- Garantir direitos previdenciários para os pós-graduandos a partir da aprovação do PL 6.284/2013, que trata deste tema e que já foi aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado.

EIXO VII

Saúde Pública, Saúde Mental e Vigilância

O financiamento do SUS, a soberania em saúde e a proteção da decisão técnica baseada em evidências.

- Proteger o financiamento do SUS e dos hospitais universitários.
- Criar Plataforma Nacional Soberana de Dados em Saúde.
- Criar estratégias para a pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos farmacêuticos de maneira soberana e a partir da pesquisa básica.
- Favorecer o financiamento da pesquisa básica e aplicada no SUS e junto ao SUS.
- Elevar para 5% do orçamento da Saúde o investimento em saúde mental em razão da epidemia que estamos vivendo, em especial entre os jovens.
- Criar programa específico para vigilância em saúde na Amazônia, ampliando o conceito de saúde global, saúde única, em que a saúde da Amazônia e de outros biomas seja entendida como fundamental para a saúde em todos os níveis.

- Criar marco legal de proteção à autoridade sanitária baseada em evidências, a exemplo dos centros de controle e prevenção de doenças infecciosas.
- Liderar a cooperação Sul-Sul em saúde, exportando vacinas e tecnologias do SUS.
- Criar um sistema específico de controle e prevenção de futuras epidemias e pandemias, a exemplo da proposta feita por especialistas de um Centro Brasileiro de Enfrentamento de Emergências em Saúde, com o objetivo de prevenir e preparar o país para as possíveis epidemias e pandemias.

Sumário



19	EIXO I CT&I COMO PROJETO DE NAÇÃO
28	EIXO II SOBERANIA NACIONAL: DIGITAL, TECNOLÓGICA E SANITÁRIA
35	EIXO III SUSTENTABILIDADE, CLIMA, BIODIVERSIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR
41	EIXO IV DEMOCRACIA E SEGURANÇA PÚBLICA
46	EIXO V EQUIDADE, DIVERSIDADE E JUSTIÇA SOCIAL
51	EIXO VI EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E UNIVERSIDADE
57	EIXO VII SAÚDE PÚBLICA, SAÚDE MENTAL E VIGILÂNCIA
64	CONSIDERAÇÕES FINAIS



EIXO I

CT&I como Projeto de Nação

*Ciência e tecnologia são instrumentos
centrais de desenvolvimento e soberania*

EIXO I

CT&I como Projeto de Nação

Mesas de referência: 1, 3, 4, 12

“Sem educação e sem ciência, não tem futuro.”

— Helena Nader, Mesa 1

ALGUNS NÚMEROS SOBRE ESTE TEMA

1,2% do PIB

É o investimento em P&D no Brasil — menos da metade da China (2,6%) e menos de um quarto da Coreia do Sul (5,2%)

**R\$
22 bi**

orçamento CT&I na LOA 2026 —
R\$ 15,2 bi no MCTI

**R\$
1 trilhão**

Recurso acumulado no Fundo Social do Pré-Sal até 2032 —
MCTI recebe só R\$ 1 bi/ano

10x menos

patentes registradas
pelo Brasil vs. Coreia do Sul

**R\$
5.200**

Valor atual da bolsa pós-doutorado nas Agências Federais — necessitará 45% de reajuste para recuperar valor real de 2013

160+

sociedades científicas afiliadas à SBPC como rede potencial de comunicação

Fortalecer o financiamento

Este é um eixo que sustenta todos os demais e que envolve várias mesas do ciclo Vozes da Ciência. Em suma, refere-se à necessidade de ter e fortalecer uma base científica e tecnológica que seja tratada como política de Estado. Sem ela, nenhuma das agendas de soberania, saúde, clima ou educação aqui propostas se realiza. Um dos grandes problemas vividos pelo setor de CT&I no Brasil está na instabilidade das políticas de financiamento, na dependência de governos e na falta de políticas públicas perenes.

O debate de 2026 ocorre após três anos de esforços de reconstrução do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), depois de um amplo processo de desmonte entre 2016 e 2022. Embora avanços importantes tenham sido alcançados, a reconstrução permanece incompleta e os desafios seguem significativos.

Para que esse processo se consolide e o país retome uma trajetória de desenvolvimento baseada no conhecimento científico e tecnológico, é indispensável que a ciência deixe de ser tratada como uma despesa contingenciável e passe a ser reconhecida como um investimento estratégico e estruturante para o futuro do Brasil.

O principal desafio do próximo período será blindar o sistema contra a instabilidade orçamentária, assegurando financiamento previsível e de longo prazo, e conectá-lo a um projeto nacional de desenvolvimento capaz de gerar empregos qualificados, fortalecer a soberania tecnológica e reduzir a dependência externa.

Rubens Ricúpero, ex-secretário-geral da ONU Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e ex-ministro da Fazenda, do Meio Ambiente e da Articulação de Ações na Amazônia Legal (governo Itamar Franco), abriu o ciclo Vozes da Ciência com uma pergunta simples e devastadora: por que o Brasil, que produziu a Embraer, a soja tropical e a Fiocruz, ainda não decidiu que ciência é política de Estado? A derrubada de vetos ambientais pelo Congresso, a exclusão da ciência das proteções orçamentárias, a escassez de aliados: a resposta

para essa pergunta não é falta de capacidade científica, mas a falta de aliados políticos para protegê-la. Helena Nader, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), aprofundou a urgência demográfica: quem sustentará, produzirá e inovará numa sociedade que envelhece rapidamente, sem que o Brasil tenha ainda consolidado a base de conhecimento necessária para essa transição?

A Mesa 3 que tratou da ciência para o desenvolvimento e para a reindustrialização aprofundou o diagnóstico: o Brasil produz ciência de qualidade, mas a converte em inovação industrial a taxas 10 vezes inferiores à Coreia do Sul. Portanto, é preciso ampliar essa capacidade de transformar a pesquisa em bens sociais aplicáveis, que possam ser oferecidos à sociedade de maneira direta e objetiva. Dentre as políticas públicas, espera-se uma maior integração entre os ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação e o do Desenvolvimento Industrial, por exemplo, entre outros. Para isso, também será necessário investimento e financiamento melhor direcionados, como identificou a Mesa 4, que tratou do financiamento da ciência. Foram identificadas fontes de recursos que ainda são mal aproveitadas. O Fundo Social do Pré-Sal acumulará cerca de R\$ 1 trilhão até 2032 - cerca 166 bilhões/ano -, mas repassa ao MCTI apenas R\$ 1 bilhão por ano. Por outro lado, o CNPq opera em 2026 com orçamento real equivalente ao de 2007. A Mesa 12 sintetizou: além da necessidade de mais recursos para a ciência, há também o desafio de trabalhar pela qualidade da sua orientação, coordenação e conexão com um projeto de país, o que é um dos objetivos deste documento.

Mundo do Trabalho: inovação que gera empregos dignos, não plataformação

O Brasil transfere cerca de R\$ 1 trilhão por ano ao sistema financeiro em juros e encargos — mais do que investe em saúde, educação e ciência somados. Essa drenagem empobrece o trabalho e desincentiva o investimento produtivo. Ladislau Dowbor, na Mesa 4, chamou isso de financeirização predatória: uma economia que remunera quem tem dinheiro, não quem trabalha.

A Mesa 5 revelou um aspecto importante sobre a educação formal e o mundo do trabalho: professores da rede pública fazem Uber, vendem comida e fazem faxina para sobreviver. Pós-graduandos formam-se sem direitos previdenciários, sem concursos, sem futuro garantido. Há um prejuízo do potencial formador e desenvolvedor do país ao perder pessoas altamente qualificadas para a pesquisa e que se tornam impossibilitadas de continuar a produção de conhecimento e de tecnologia. A questão da precarização do mundo do trabalho tornou-se regra e os jovens se veem diante de falta de alternativas qualificadas. A Mesa 7 completou o quadro: data centers estrangeiros chegam ao Brasil com incentivos fiscais sem obrigação de gerar empregos qualificados — extraem energia, água e território, e a riqueza escoam para fora. O número de trabalhadores de aplicativos no Brasil já supera o de metalúrgicos.

PROPOSTAS — ESTABILIDADE E FORTALECIMENTO DA CT&I

- 1.** Aprovar mecanismo constitucional ou legal de proteção orçamentária para CT&I, com piso mínimo e previsibilidade plurianual.
- 2.** Alcançar 2% do PIB em P&D até 2030 (1% público + 1% privado), com participação crescente do setor privado via EMBRAPAII.
- 3.** Garantir a plena execução do FNDCT, com vedação absoluta a qualquer contingenciamento e com liberação integral dos recursos às agências.
- 4.** Apoiar a tramitação e aprovação, no Congresso Nacional, do PL 5.876/2016, estabelecendo vinculação mínima de recursos do Fundo Social do Pré-Sal ao MCTI, com meta de destinação de 10% das receitas anuais para CT&I.
- 5.** Recompôr o orçamento real do CNPq e da CAPES com reajuste trienal automático vinculado ao IPCA.
- 6.** Criar imunidade tributária para importações de insumos e equipamentos de pesquisa — revertendo a desvantagem competitiva do pesquisador brasileiro em relação a países concorrentes.
- 7.** Garantir uma fatia protegida e perene dos recursos do FNDCT e das agências de fomento (CNPq/CAPES) para o financiamento da pesquisa básica e fundamental, blindando as ciências puras, teóricas, sociais e humanas contra visões puramente utilitaristas de curto prazo.
- 8.** Reajustar em 45% todas as bolsas de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado), recuperando o poder de compra perdido desde 2013, com indexação automática ao IPCA a partir da aprovação.

9. Garantir equidade regional no financiamento da ciência: retomar as parcerias federal-estaduais (PRONEX, PRONEM e PPP) com as FAPs e reativar os comitês gestores dos fundos setoriais, ampliando o acesso de grupos emergentes e das regiões Norte e Nordeste, historicamente sub-representadas.
10. Reafirmar a importância dos comitês gestores dos fundos setoriais do FNDCT, ampliando o acesso a grupos de pesquisa emergentes e a regiões sub-representadas.
11. Direcionar políticas públicas voltadas a missões nacionais nas áreas de clima, segurança alimentar, transição energética, soberania digital e saúde, com matrizes de desafios, metas verificáveis e coordenação interministerial permanente.
12. Fortalecer e ampliar a Nova Indústria Brasil (NIB) e a rede EMBRAPA, priorizando as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde a densidade de instituições de pesquisa ainda é insuficiente.
13. Usar o poder de compra do Estado (SUS, Petrobras, Embrapa, Defesa) como indutor estratégico da inovação nacional, priorizando a encomenda tecnológica como instrumento principal.
14. Reformar a governança do FNDCT para direcionar recursos de acordo com as missões nacionais estabelecidas, visando a estratégias de desenvolvimento com planejamento e superando a lógica de demanda espontânea setorial.
15. Articular as 160+ sociedades científicas afiliadas à SBPC como rede nacional de comunicação científica, com produção sistemática de conteúdos acessíveis e cobertura territorial.
16. Fortalecer os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) como espinha dorsal da reindustrialização verde-digital, conectando-os às cadeias produtivas estratégicas da Nova Indústria Brasil com metas verificáveis de transição tecnológica.

17. Criar mecanismos ativos para mitigar a forte diáspora interna de talentos em direção aos polos já consolidados do Sudeste, produzindo fixação de jovens pesquisadores com condições adequadas de ensino e pesquisa.
18. Realizar programas mais robustos e em todos os ministérios para a inserção internacional do cientista brasileiro (apoio governamental a redes globais de pesquisa, intercâmbios e cooperação bilateral) visando a fortalecer a ciência e mitigar a saída de cérebros para o exterior.
19. Estabelecer a transição demográfica como prioridade de Estado em CT&I, articulando formação de pesquisadores, inovação em saúde e cuidado e ganhos de produtividade para sustentar uma sociedade que envelhece — aproveitando a janela demográfica antes que ela se feche.
20. Estabelecer, com apoio ativo dos governantes, um ecossistema favorável à mobilização de recursos privados de caráter filantrópico em apoio à ciência — como complemento, nunca substituto, do financiamento público.

PROPOSTAS — MUNDO DO TRABALHO

1. Exigir conteúdo nacional mínimo, transferência de tecnologia e geração de empregos qualificados como condições não negociáveis em todos os contratos do Estado com empresas de tecnologia: data centers, plataformas, IA.
2. Criar programa nacional de absorção de doutores no setor produtivo e em ICTs públicas — com bolsas de fixação, cotas de contratação em empresas beneficiárias de incentivos fiscais e metas regionais.
3. Reconhecer a pós-graduação como trabalho científico: garantir direitos previdenciários para bolsistas de mestrado e doutorado — hoje sem INSS e sem aposentadoria.

4. Criar política de retenção de talentos em CT&I: carreiras e remuneração competitivas nas ICTs públicas.
5. Vincular os benefícios da Nova Indústria Brasil à geração de empregos com carteira assinada e pisos salariais verificáveis para que a reindustrialização não produza automação com sub-contratação disfarçada.
6. Tratar o letramento digital como direito social do trabalhador — com programas que considerem raça, gênero, maternidade e território, sem dependência de plataformas privadas para o acesso.
7. Regulamentar o trabalho por plataformas digitais: definir vínculo empregatício, piso salarial, proteção previdenciária e direito à desconexão para trabalhadores de aplicativos.



EIXO II

Soberania Nacional: Digital, Tecnológica e Sanitária

*Digital, tecnológica e sanitária —
os dados são nossos*

EIXO II

Soberania Nacional: Digital, Tecnológica e Sanitária

Mesas de referência: 3, 7, 6, 11, 13

“A geração do meu pai gritava: o petróleo é nosso. É hora de gritar: os dados são nossos. O ouro fica aqui, nos data centers — mas a riqueza vai para fora. Estamos criando, no século XXI, o colonialismo do século XVIII.”

— Marcos Dantas, Mesa 13

EM NÚMEROS

**R\$
10 bilhões/ano**

gasto do Estado brasileiro em
contratos com Big Techs

80%

das universidades brasileiras
dependem de Google ou Microsoft

96%

dos Insumos Farmacêuticos
Ativos (IFAs) são importados

70% mais rápida:

velocidade da mentira vs.
verdade nas redes sociais
(dados do MIT, 2018)

711+ mil

mortes associadas à pandemia de COVID-19 com cerca de 300 mil
que poderiam ter sido evitadas

Soberania no Século XXI

Soberania, no século XXI, deixou de ser decidida apenas em fronteiras e territórios: define-se também nos data centers, nas cadeias de insumos farmacêuticos e na infraestrutura informacional que organiza o debate público. Este eixo trata das três dimensões em que o Brasil corre o risco de se tornar dependente de outros países ou potências globais: a digital, a tecnológica em saúde e a informacional. Há muito a ser feito para que o conhecimento produzido com recursos públicos sirva ao país, seja voltado ao desenvolvimento humano, social e econômico, aproveitando toda capacidade instalada da ciência brasileira, que tem grande potência na solução de problemas, quando requisitada. É preciso também enfrentar os interesses que não são da população, com a ciência atuando pelo interesse público e não aos interesses privados estrangeiros. As três frentes a seguir compartilham um mesmo diagnóstico: soberania de dados com domínio tecnológico é condição de autonomia política.

2.1 Soberania Digital e Informacional

O Brasil gasta R\$ 10 bilhões por ano em contratos com Big Techs. Cerca de 80% das universidades dependem de infraestrutura de Google ou Microsoft — dados de pesquisa brasileira, financiados com recursos públicos, treinando modelos privados estrangeiros. A França e a Alemanha, em 2025–2026, migraram integralmente suas plataformas digitais governamentais para softwares livres. O Brasil ainda paga para ser dependente. Para que o Brasil atinja um patamar de maior autonomia digital, é necessária a definição clara de políticas ativas para a regulação das Big Techs, além do combate aos monopólios existentes.

O Brasil já possui um Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), um plano de médio e longo prazos que se encontra em sua fase inicial de execução. Para que este atinja os objetivos soberanos, é necessário um contínuo apoio, não só do financiamento,

mas do fortalecimento estratégico entrelaçando-o com políticas e sua aplicação. Desta forma, será possível priorizar o fortalecimento da rede de supercomputadores, o desenvolvimento de modelos de IA nacionais voltados aos desafios públicos do país, além da formação continuada de profissionais capacitados para este desafio de longa duração.

2.2 Soberania Tecnológica em Saúde

A pandemia de COVID-19 mostrou o preço da nossa dependência: faltaram vacinas, insumos, equipamentos. Mas, a despeito da política de governo da época, as instituições de pesquisa em saúde nacionais puderam dar uma resposta satisfatória com a produção local de vacinas. Existe uma forte contradição entre o potencial que temos e a estratégia que aplicamos: 96% dos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) são importados e o gasto com medicamentos chegou a US\$ 13 bilhões em 2024. O Brasil precisa fortalecer os produtores locais de insumos para a saúde, criando um programa de Estado de 20 anos para sanar essa grave lacuna. Outra lacuna também importante é a dos equipamentos médicos de alta complexidade. Estes equipamentos também poderão ser desenvolvidos cientificamente a partir do conhecimento gerado em território nacional. Esta é uma medida que blindará o país de futuras crises de abastecimento de equipamentos, evitando o que aconteceu na pandemia da COVID-19, com a dramática redução na possibilidade de compra dos respiradores importados. Ressalta-se que, no auge da emergência sanitária, as universidades e os pesquisadores brasileiros conseguiram responder prontamente e desenvolver em tempo extraordinário respiradores nacionais, superando as limitações que estavam impostas pela dependência externa.

2.3 Soberania Informacional e Comunicação Científica

A mentira viraliza 70% mais rápido que a verdade e percorre seis vezes mais rápido as redes (MIT, 2018). O alcance orgânico nas plataformas não chega a 3% dos seguidores, o que mostra que as redes sociais seguem a lógica da monetização por meio de impulsivamentos a valores elevados. O negacionismo custou ao menos 711 mil vidas na pandemia de COVID-19. O economista Yanis Varoufakis cunhou o conceito de “tecnofeudalismo”: as Big Techs não competem no mercado, elas são o mercado. Joe Biden, em seu discurso de despedida, alertou para a “oligarquia tecnomilitar” como ameaça à democracia. O Brasil precisa reconhecer essa ameaça e regular com eficiência e seriedade.

PROPOSTAS

1. Criar infraestrutura digital soberana federada para universidades e sistemas críticos do Estado — e-mails, repositórios, dados do SUS, MEC e sistemas sociais. Prazo: 5 anos. Coordenação: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).
2. Retomar a política de software livre como padrão na administração pública, revertendo o decreto de 2016, nos moldes da França e Alemanha, que concluíram a migração integral em 2025–2026.
3. Restabelecer a distinção constitucional entre empresa nacional e empresa estrangeira (art. 172, suprimido em 1998): sem ela, é impossível formular política tecnológica soberana e priorizar empresas brasileiras nas compras públicas.

4. Aprovar um marco regulatório das plataformas digitais que altere a arquitetura algorítmica: proibir carregamento automático de conteúdo (que incentiva o “scroll” compulsivo), limitar algoritmos de recomendação por engajamento emocional e exigir identificação obrigatória de conteúdo gerado por IA.
5. Aprovar marco regulatório de IA com abordagem de confiança zero: presunção de ilegalidade para sistemas de alto risco, com ônus às empresas de demonstrar que não são discriminatórios antes de entrar no mercado.
6. Codificar em lei o mecanismo de takedown (remoção de conteúdo fraudulento, ilegal, da internet) como instrumento de soberania regulatória, com critérios e procedimentos claros. O Brasil demonstrou em 2023 que esta é a única linguagem que as plataformas entendem.
7. Exigir transparência auditável de dados de publicidade e de moderação das plataformas: publicidade digital é dado de interesse público, não dado privado.
8. Reformular o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center no Brasil (REDATA), exigindo transferência de tecnologia, conteúdo nacional mínimo, empregos qualificados e energia 100% renovável como condições não negociáveis — ou suspendê-lo enquanto essas condições não forem incorporadas.
9. Ampliar o LNCC/Santos Dumont e criar rede nacional de nuvem pública federada (RNP + universidades + institutos) com clusters de GPU (Unidade de Processamento Gráfico) — condição básica de soberania em IA.
10. Proibir o uso de reconhecimento facial pelo Estado sem auditoria de viés racial certificada e aprovação de comitê independente, revertendo implementações inconstitucionais já em curso.

11. Criar programa de Estado para biotecnologia em saúde — Fiocruz, Butantan, universidades e CEIS (Complexo Econômico-Industrial da Saúde), com horizonte de 20 anos e meta de 70% de autossuficiência em insumos estratégicos de saúde até 2030.
12. Criar Plataforma Nacional Soberana de Dados em Saúde, com acesso regulamentado, governança transparente e LGPD estritamente aplicada — dados do SUS são questão de segurança nacional.
13. Liderar no BRICS e na América Latina padrões comuns de transparência de dados, soberania informacional e regulação de IA construindo poder de barganha coletivo frente às Big Techs.
14. Rever criticamente a participação do Brasil na Pax Silica (lançada em 04/02/2026): US\$ 565 milhões não podem significar subordinação da cadeia de minerais críticos ao projeto imperial americano.
15. Avançar além do Decreto nº 12.975/2026, que regulamentou o Marco Civil da Internet após a decisão do STF sobre o artigo 19: a regulamentação atual concentra-se na moderação de conteúdo, mas é preciso alcançar a arquitetura algorítmica e o modelo de negócio das plataformas, com competência sancionatória efetiva da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
16. Exigir o uso do poder de compra do Estado (via SUS) para garantir o desenvolvimento de longo prazo de laboratórios públicos nacionais (como Fiocruz e Butantan) e da indústria farmacêutica nacional, blindando o país contra futuras crises globais de abastecimento.
17. Assegurar a integridade da informação científica: política de ciência aberta com publicação em português do conhecimento financiado com recursos públicos, combate às revistas predatórias e regras claras para o uso de IA no jornalismo científico.



EIXO III

Sustentabilidade, Clima, Biodiversidade e Segurança Alimentar

*A biodiversidade brasileira é a nossa lua —
e precisa de um projeto de Estado*

EIXO III

Sustentabilidade, Clima, Biodiversidade e Segurança Alimentar

Mesas de referência: 2, 3, 5, 6

*“A biodiversidade brasileira é a nossa lua —
o grande projeto de Estado para o século XXI.
Se não usarmos nossa biodiversidade
de forma soberana, outros usarão.”*

— Luiz Davidovich, Mesa 5

EM NÚMEROS

20%

de toda a biodiversidade
do planeta está no Brasil

85%

da Mata Atlântica original
está degradada

US\$ 27 bi

economizados por safra pela
fixação biológica do nitrogênio
da soja (Embrapa)

2ª reserva

de terras raras do mundo —
mineral estratégico para a IA
e a transição energética

9 milhões

de brasileiros em insegurança
alimentar grave

30 mi ha

de pastagens degradadas —
área equivalente a toda a soja
plantada no país

Ativos estratégicos

O Brasil reúne uma combinação de ativos que nenhum outro país possui — abriga 20% da biodiversidade do planeta, a matriz elétrica mais limpa entre as grandes economias e a 2ª maior reserva de terras raras. Mas falta decisão política para transformar esses ativos estratégicos em um projeto de desenvolvimento soberano. Clima, biodiversidade, saúde e segurança alimentar não são agendas paralelas, mas dimensões de uma mesma escolha. Proteger a floresta é prevenir epidemias; recuperar pastagens é produzir mais sem desmatar; dominar a bioeconomia é decidir se o país exporta matéria-prima ou conhecimento. As Mesas 2 e 6 traduziram essas escolhas em números: há quase 30 milhões de hectares (área três vezes maior que Portugal) de pastagens degradadas cuja recuperação permitiria produzir muito mais sem derrubar uma árvore. Infelizmente, floresta em pé ainda vale menos que a derrubada.

Enfrentamos aquecimento projetado de 2,8°C a 4°C no Brasil tropical até 2100. A Mata Atlântica tem 85% de seu território degradado. O desmatamento amazônico é vetor de epidemias: dados do INPE/IPAM indicam correlação direta entre focos de calor e surtos de malária, doenças respiratórias e acidentes com animais peçonhentos. A Lei dos Bioinsumos foi aprovada sem controle de qualidade adequado, criando risco real de produtos ineficazes que comprometem a credibilidade da inovação no setor. Enquanto isso, cerca de nove milhões de brasileiros vivem em situação de insegurança alimentar grave.

O desenvolvimento da ciência no Brasil permitiu produzir soluções fundamentais na área da agricultura. A fixação biológica do nitrogênio (FBN) pela soja economiza US\$ 27 bilhões por safra — resultado de décadas de pesquisas da Embrapa.

A questão da exploração de petróleo na **Margem Equatorial** é outro debate importante e a ciência brasileira tem importantes proposições para uma rigorosa Avaliação Ambiental, condicionando licenças a estudos científicos independentes sobre os impactos nas

correntes marinhas, nos manguezais costeiros e na biodiversidade da foz do Amazonas. A política energética nacional deve priorizar a transição ecológica, blindando os ecossistemas amazônicos de riscos de derramamento de larga escala e assegurando a coerência com as metas climáticas globais assinadas pelo país. Transformar biodiversidade, bioinsumos e sistemas alimentares sustentáveis em projeto de Estado é o que separa o Brasil-celeiro-de-commodities do Brasil-potência-da-vida.

PROPOSTAS

1. Criar política de Estado para exploração sustentável e soberana da biodiversidade, articulando com diversas instituições já existentes como INPA, Embrapa, Fiocruz, universidades e comunidades amazônicas, com participação justa das populações locais e proteção contra biopirataria digital e física.
2. Garantir medidas para atingir a meta do desmatamento zero na Amazônia até 2030, com mecanismos de *enforcement* verificável e integração das políticas de saúde, segurança e meio ambiente em torno desse objetivo comum.
3. Recuperar 30 milhões de hectares de pastagens degradadas em 10 anos, integrando lavoura-pecuária-floresta com ciência da Embrapa. Meta: liberar 50% das pastagens para outras culturas sem desmatar um hectare a mais.
4. Concluir e fortalecer a regulamentação da Lei nº 15.070/2024, com padrões técnicos rigorosos, certificação laboratorial, rastreabilidade e fiscalização contínua para bioinsumos, assegurando segurança sanitária, eficácia agrônômica e estímulo à inovação nacional.
5. Criar mercado regulado de crédito de carbono vinculado ao agro: agricultores que recuperam pastagens e sequestram carbono devem receber renda verificável por esse serviço ambiental.

6. Criar programa interministerial de bioeconomia amazônica (MCTI + MMA + MDA + MS + MEC), com metas verificáveis e financiamento plurianual protegido.
7. Integrar dados climáticos do INPE, IPAM e MapBiomass como infraestrutura de saúde pública. Monitorar desmatamento é prevenir epidemias: cada quilômetro de floresta destruída é um corredor para novos vírus.
8. Garantir que a transição energética gere empregos qualificados no Brasil: política industrial de eólica *offshore* (maior potencial do mundo), solar, hidrogênio verde e armazenamento com conteúdo nacional obrigatório — vedando a importação de parques completos sem transferência de tecnologia.
9. Criar programa nacional de hidrogênio verde articulado à matriz renovável brasileira, com BNDES e FINEP como organizadores estratégicos e metas de exportação e uso industrial até 2035.
10. Incorporar biodiversidade, bioeconomia e educação ambiental como conteúdo curricular obrigatório desde o ensino fundamental, formando a geração que explorará soberanamente esses ativos.
11. Criar grupo de trabalho intergovernamental para tratamento conjunto das Convenções do Rio/92 — Biodiversidade, Clima e Desertificação. O Brasil, na Presidência da COP30, tem posição única para liderar essa integração globalmente.
12. Incluir formalmente a proteção dos oceanos neste quadro: 20 milhões de brasileiros dependem da biodiversidade marinha para sustento, e o Brasil tem uma das maiores zonas econômicas exclusivas do mundo.

- 13.** Criar um Plano Nacional de Ciência e Tecnologia para a Agricultura Familiar e Agroecologia, com foco na resiliência climática de culturas de subsistência, transição de sistemas produtivos e redução do uso de agrotóxicos. O objetivo é converter o conhecimento científico diretamente no combate à fome, garantindo a soberania e a segurança alimentar de milhões de brasileiros em vulnerabilidade.
- 14.** Instituir uma Política Nacional de Sistemas Alimentares Sustentáveis, com a merenda escolar abastecida pela agricultura familiar — articulando segurança alimentar, saúde, educação e renda no campo.
- 15.** Desenvolver uma política industrial e tecnológica nacional para os minerais estratégicos (lítio, nióbio e terras raras), com foco no refino doméstico e na fabricação local de componentes de alta tecnologia — ímãs, baterias e semicondutores, superando o modelo de exportação de matéria-prima bruta.
- 16.** Submeter qualquer projeto de exploração de combustíveis fósseis na Margem Equatorial a uma rigorosa Avaliação Ambiental, condicionando licenças a estudos científicos independentes sobre os impactos nas correntes marinhas, nos manguezais costeiros e na biodiversidade da foz do Amazonas. A política energética nacional deve priorizar a transição ecológica, blindando os ecossistemas amazônicos de riscos de derramamento de larga escala e assegurando a coerência com as metas climáticas globais assinadas pelo país.



EIXO IV

Democracia e Segurança Pública

*Democracias que não protegem ativamente
sua integridade não sobrevivem*

EIXO IV

Democracia e Segurança Pública

Mesas de referência: 1, 8, 11

“O Brasil não dispõe de uma institucionalidade de segurança pública minimamente compatível com o Estado Democrático de Direito. Nenhum governador do período democrático efetivamente comandou as instituições policiais.”

— Luiz Eduardo Soares, Mesa 8

EM NÚMEROS

23.139

mortes por ações policiais
no Rio de Janeiro entre
2003 e 2025

251:1

civis mortos por policiais para
cada policial morto em serviço
(Rio, 2022)

800 mil

presos no Brasil —
eram 90 mil em 1990

90+

facções criminosas presentes
em todos os estados brasileiros

0,55

coeficiente Gini do Brasil —
2º maior em desigualdade
entre 100 países

39

instituições no mundo com
foco em proteção de cientistas
— nenhuma no Brasil

Mudanças estruturais

Não há ciência livre sem democracia, tampouco existe democracia estável sem instituições de segurança submetidas ao controle público e ao Estado de Direito. Este eixo conecta dois temas que o debate político costuma tratar em separado: a erosão silenciosa das garantias democráticas e a violência de Estado, que recai de forma desigual sobre a população negra e periférica.

A premissa é que defender a democracia exige tanto corrigir ambiguidades constitucionais quanto proteger concretamente os cientistas e a integridade do debate público — alvos diretos quando as regras democráticas se enfraquecem. Das 39 instituições mapeadas no mundo com missão de proteger cientistas de ataques, nenhuma está no Brasil.

Em relação à segurança pública, os dados são assustadores. Registros oficiais apontam 23.139 mortes por ações policiais no Rio de Janeiro entre 2003 e 2025. Para cada policial morto em confronto, 251 civis foram mortos pela polícia (2022), o que se tornou um indicador de abuso sistêmico, não de desvio individual. Por outro lado, existem mais de 90 facções criminosas em todos os estados e 344 municípios amazônicos sob influência do crime organizado. O sistema prisional cresceu de 90 mil para 800 mil presos em 30 anos, tornando-se base das facções nacionais. E um coeficiente Gini de 0,55 — ou seja, somos classificados como o 2º país mais desigual, entre os 100 analisados no mundo. Não se trata de fenômenos independentes. A desigualdade ajuda a explicar a persistência e a distribuição da violência no território brasileiro.

Pedro Serrano (PUC-SP), sobre a erosão democrática contemporânea, apontou que, neste século XXI, as democracias não são destruídas por golpes formais, elas são esvaziadas por medidas de exceção fractais e líquidas operando em seu interior. O objetivo não é abolir a democracia como procedimento, mas erodir os direitos que ela deveria garantir. A figura do inimigo escolhido por esse sistema tem rosto definido: jovem, negro, pobre, periférico.

PROPOSTAS

1. Criar o Ministério da Segurança Pública com especialistas da área no comando — condição necessária para articular segurança como política transversal envolvendo saúde, educação, urbanismo e economia.
2. Aprovar um marco legal que submeta as polícias ao controle democrático, com exercício efetivo do controle externo pelo Ministério Público e metas verificáveis para a investigação de mortes causadas por agentes do Estado.
3. Estabelecer um plano nacional de recuperação territorial que coloque a preservação de vidas no centro da segurança pública e rompa com a lógica que trata a morte de jovens pobres e negros como solução para o problema da violência. Proibir indicadores e gratificações que incentivem mortes em confronto.
4. Fixar meta nacional de redução da taxa de homicídios para abaixo de 10 por 100 mil habitantes em dez anos — hoje são 20/100 mil, o dobro do limite aceitável pela OMS.
5. Racionalizar a privação de liberdade: alternativas penais para crimes não violentos; retomar o controle estatal dos presídios; implementar estratégia nacional de inteligência financeira contra lavagem do crime organizado, incluindo regulação de criptomoedas.
6. Criar sistema nacional de dados de violência desagregados por raça, gênero e território — especialmente para populações indígenas, LGBTQIAPN+ e mulheres em contextos de fronteira amazônica.
7. Criar mecanismo nacional de proteção de cientistas contra ataques, processos abusivos e perseguições — o Brasil é o único país entre as 39 democracias mapeadas pela UNESCO sem nenhuma instituição com esse foco.

8. Financiar estratégia de comunicação científica com tráfego pago e ‘vacinação cognitiva’ pré-eleitoral: antecipar fake news previsíveis (por exemplo, sobre política, saúde e clima, entre outros potenciais objetos de ataque), com distribuição estratégica antes que circulem.
9. Fortalecer o ADPF 548, julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018 e que garantiu e blindou a liberdade de expressão, de manifestação de pensamento e a autonomia universitária. Nenhum agente do Estado deve entrar numa universidade sem causa jurídica válida.
10. Apoiar a Rede Universitária Segurança Pública para Todos — articulando SBPC, CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas) e universidades para produzir evidências que alimentem o debate público sobre segurança.
11. Corrigir as ambiguidades dos artigos 142 e 144 da Constituição Federal, eliminando qualquer espaço interpretativo favorável à intervenção ou ao poder moderador militar.



EIXO V

Equidade, Diversidade e Justiça Social

*Mais diversidade, melhor ciência.
Mais equidade, melhor combate
às desigualdades*

EIXO V

Equidade, Diversidade e Justiça Social

Mesas de referência: 1, 8, 9, 10, 12

“Mais diversidade, melhor ciência. Mais equidade, melhor combate às desigualdades. Toda inovação carrega valores. A pergunta é: quais valores estamos colocando no centro?”

— Nilma Lino Gomes, Mesa 12

EM NÚMEROS

25%

da renda nacional está nas mãos do 1% mais rico — metade da população tem apenas 9%

12%

dos bolsistas de produtividade (PQ) do CNPq são negros (pretos e pardos) — que são 55,5% da população

3 em 4

mulheres assassinadas por dia no Brasil são negras — 4 mortes/dia no total

1 morte

de pessoa trans a cada 1,5 dia — vítimas majoritariamente negras e jovens

2

professores indígenas na UnB — após 30 anos de debate sobre diversidade

45 anos

desde que o MNU pediu ‘ciência a serviço das etnias oprimidas’ — desafio continua

Equidade como Projeto Nacional

A desigualdade brasileira não é um efeito colateral do desenvolvimento — é a sua estrutura. Políticas universais que ignoram raça, gênero e território tendem a reproduzir as hierarquias que pretendem superar, inclusive dentro da própria ciência. Mais do que uma agenda de reparação, a diversidade é condição de qualidade científica e de legitimidade democrática: uma ciência que não reflete a sociedade que a financia produz conhecimento incompleto.

O Brasil registra um coeficiente Gini de 0,55; 1% mais rico detém 25% da renda nacional; metade da população detém apenas 9%. O racismo é a pedra angular que estrutura essa desigualdade. Políticas universalistas sem corte racial mantêm as desigualdades raciais mesmo quando os índices médios melhoram. O racismo tem diferentes facetas, sendo a mais cruel a da violência, em especial contra mulheres. Das quatro mulheres assassinadas por dia, três são negras. Uma pessoa trans é morta a cada 1,5 dia, com vítimas majoritariamente negras e jovens. As questões de gênero e diversidade estão intrinsecamente relacionadas e são frutos da necessidade de equidade e justiça social.

Sara Wagner York (UERJ) propôs o conceito do duplo mapeamento: além do mapa visível dos territórios, há o mapa dos corpos implicados; e quando o território passa a ser o corpo, os dados mudam de sentido radicalmente. Quem é reconhecido como sujeito de direito antes que a violência aconteça? Plataformas de IA como o ChatGPT reproduzem hierarquias raciais — incluindo gradações de quais populações seriam ‘mais ou menos cheirosas’ no Brasil (estudo publicado pela Universidade de Oxford), quando associar minorias ou populações específicas a “cheiros ruins” tem sido uma ferramenta de discriminação, xenofobia e racismo. Modelos brasileiros (Maritaca e Amazônia) apresentam disparidades em conteúdos sobre cultura afro-brasileira e indígena, violando as Leis 10.639 e 11.645.

PROPOSTAS

1. Ampliar políticas afirmativas para contratação de docentes negros e indígenas nas universidades públicas federais e estaduais e nos institutos de pesquisa, com metas graduais, plano público e avaliação de resultados.
2. Destinar 25% das bolsas de produtividade a docentes negros e pelo menos 10% das bolsas a docentes indígenas até 2030, com recortes regionais e de gênero para evitar novas desigualdades.
3. Garantir equidade de gênero na distribuição das bolsas de produtividade do CNPq e implementar uma estratégia nacional de promoção da diversidade e da equidade racial na CT&I, ampliando a participação de grupos sub-representados nos espaços de decisão, pesquisa e financiamento.
4. Criar financiamento estrutural e permanente para pesquisas com recorte étnico-racial, de gênero e regional no CNPq, CAPES e Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) — superando a dependência de TEDs e emendas parlamentares de curto prazo.
5. Implementar uma estratégia nacional de promoção da diversidade e da equidade racial na ciência, tecnologia e inovação, ampliando a participação de grupos sub-representados nos espaços de decisão, pesquisa, financiamento e formação avançada.
6. Reconhecer formalmente a existência de três grandes sistemas de conhecimento — científico ocidental, indígena e africano —, com direito à institucionalidade própria e ao diálogo simétrico, não à captura ou à subordinação.
7. Garantir autonomia constitucional ao Ministério da Cultura — impedindo extinção, fusão ou subordinação a outras pastas —, com percentual mínimo do orçamento federal definido em lei.

8. Garantir transversalidade racial explícita em todas as políticas de saúde, educação, habitação, saneamento e segurança — com dados desagregados por raça, gênero e região como instrumento obrigatório de avaliação.
9. Incorporar tradições indígenas e afro-brasileiras como eixos estruturantes (não acessórios) dos currículos da educação básica, incluindo literatura indígena — 100+ autores, 500+ títulos publicados nos últimos 30 anos — nos acervos das bibliotecas escolares.
10. Implementar a pedagogia do pertencimento: reorientar os currículos a partir das identidades plurais do Brasil, construindo autoestima cultural que não deprecie as raízes indígenas, africanas e regionais do país.
11. Instituir um programa nacional de apoio ao encontro, à articulação e à difusão do pensamento de intelectuais indígenas de diferentes povos, promovendo a pluralidade de epistemologias indígenas brasileiras e sua presença nos espaços de educação, ciência, cultura e formulação de políticas públicas.
12. Criar mecanismos de reparação cultural genuína para populações afetadas por grandes projetos de infraestrutura — superando compensações ocidentalizantes, como cestas básicas que transformam indígenas em ‘desgarrados culturais’ de seus próprios modos de vida.
13. Adotar o duplo mapeamento — território e corpo implicado — como princípio metodológico das políticas de segurança pública: dados de violência devem ser desagregados por raça, gênero, identidade e território para revelar os cruzamentos de vulnerabilidade invisíveis nos agregados nacionais.
14. Revisar os critérios de avaliação da produção científica brasileira, reduzindo a pressão por publicação em periódicos do Norte Global como único critério de mérito e reconhecendo pesquisas voltadas a problemas locais e nacionais.



EIXO VI

Educação, Formação e Universidade

*A soberania se constrói do chão da escola
ao laboratório de nanotecnologia*

EIXO VI

Educação, Formação e Universidade

Mesas de referência: 5, 9, 10, 12

“A China só chegou ao lado oculto da Lua porque decidiu que cada jovem teria acesso a uma escola de excelência, independentemente do seu código postal. A soberania se constrói do chão da escola primária ao laboratório de nanotecnologia.”

— Renato Cordeiro, Mesa 5

EM NÚMEROS

Lei 15.388

novo PNE sancionado —
o desafio agora é a materialização,
não a aprovação

80–90%

dos novos professores formados
em instituições privadas, mais
de 50% na EaD

R\$ 5.200

valor da bolsa de pós-doutorado
— equivale a 2013 em termos
reais. Precisa de 45% de reajuste

1ª e 2ª

posições do Ranking de
Leiden 2026 — ocupadas por
universidades chinesas

20 turmas

média de um professor de arte
em 3 escolas — sem tempo de
conhecer seus alunos

500+ títulos

publicados por autores indígenas
nos últimos 30 anos — ausentes
dos acervos escolares

Sistema educacional sólido

A soberania de um país começa muito antes do laboratório: começa na escola pública que forma a maioria dos brasileiros. Este eixo trata da cadeia completa da formação — da educação básica à pós-graduação — partindo de um marco legal já conquistado, a Lei nº 15.388 (Plano Nacional de Educação - PNE), cujo desafio deixou de ser a aprovação e passou a ser a materialização. O fio condutor é que financiamento estável, valorização docente e gestão democrática não são pautas corporativas: são as condições para que o Brasil forme os quadros capazes de sustentar todas as demais agendas deste caderno. A Mesa 5 deixou claro que o PNE só vira realidade com financiamento protegido pelo Custo Aluno Qualidade, piso salarial efetivamente cumprido e gestão democrática — incluindo o fim do modelo cívico-militar e a eleição direta de diretores. Sem valorizar quem ensina e pesquisa, da escola básica à pós-graduação, nenhuma das soberanias deste caderno se sustenta.

A Lei nº 15.388 (PNE) foi sancionada em 2026, mas o desafio central mudou de aprovação para materialização. Seis dos dez anos de vigência do último PNE transcorreram em meio a uma profunda instabilidade política, com sucessivas mudanças no comando do Ministério da Educação. Hoje, entre 80% e 90% dos novos professores são formados em instituições privadas, com mais de 50% na modalidade EaD. Universidades chinesas assumiram as duas primeiras posições do Ranking de Leiden em 2026, enquanto o CNPq segue operando com um orçamento que, em termos reais, remete aos níveis de quase duas décadas atrás.

Rosemara Staub de Barros (UFSJ/UFAM) sintetizou décadas de experiência numa frase: a democracia ainda não chegou ao ensino de arte. Professor com 20 turmas em três escolas, sem tempo de conhecer quem são seus alunos. Materiais didáticos com propostas incompatíveis com os diferentes contextos e realidades das escolas e dos estudantes do país. Ensino em Arte frequentemente tratado como disciplina acessória, quando deveria integrar a formação dos

estudantes. O resultado aparece no decréscimo das matrículas de licenciatura na área e na perda gradual de referências culturais para gerações de estudantes.

PROPOSTAS

1. Implementar a Lei nº 15.388/2026 (PNE): garantir financiamento efetivo com o Custo Aluno Qualidade como referência orçamentária obrigatória e aprovar mecanismo legal que proteja as metas contra descontinuidades políticas e contingenciamentos.
2. Garantir o piso salarial nacional dos professores como piso real: nenhum município pode remunerar abaixo do piso, com mecanismo federal de controle e punição para entes descumpridores.
3. Criar licença remunerada para formação continuada e facilitar o acesso de docentes da rede pública à pós-graduação — com garantia de retorno ao cargo e sem perda de vencimentos.
4. Promover amplo letramento digital aos professores e inserir IA como componente curricular no ensino fundamental e médio — implementando o PBIA (Plano Brasileiro de Inteligência Artificial) com capacitação de professores e equipamentos para todas as escolas públicas até 2027.
5. Desmilitarizar as escolas públicas: encerrar o modelo cívico-militar como política pública, retomando os princípios da educação democrática consagrados no art. 206 da Constituição Federal.
6. Garantir o estudo e definição de indicadores e matrizes orçamentárias construídas justa e democraticamente para garantir a manutenção e crescimento das universidades federais e institutos federais, definidos como setor estratégico do Estado e protegido de contingenciamentos.

7. Ampliar o Profix: meta mínima de 10% dos doutores formados por ano com bolsas de pós-doutorado de valor digno — hoje o programa cobre menos de 5% dos formados.
8. Garantir direitos previdenciários para pós-graduandos bolsistas — reconhecendo a pós-graduação como trabalho científico com INSS, licença-maternidade e cobertura previdenciária.
9. Aprofundar a interiorização universitária com transformação curricular obrigatória: universidades que recebem estudantes indígenas e quilombolas devem adaptar currículos, metodologias e estruturas — não apenas conceder acesso formal.
10. Reformar os currículos universitários para superar a compartimentação disciplinar, garantindo formação em ciências sociais, ética e questões nacionais para todos os estudantes, independentemente da área.
11. Garantir professores de arte especializados por linguagem (música, teatro, dança, artes visuais) nas escolas públicas, com condições de trabalho e carga horária compatíveis com a construção de práticas pedagógicas conectadas à diversidade cultural dos estudantes e de suas comunidades.
12. Criar política nacional de materiais didáticos de arte territorializados — para escolas ribeirinhas, indígenas, quilombolas, amazônicas e periféricas —, reconhecendo que um único livro didático não representa o Brasil.
13. Garantir a gestão democrática das escolas públicas: eleição direta para diretores em todos os entes federados, com nomeação da candidatura mais votada, com admissão por concurso e plano de carreira unificado.
14. Eliminar a terceirização na educação pública: admissão exclusiva por concurso público, plano de cargos e carreiras unificado, isonomia entre todos os trabalhadores da educação.

15. Estudar a viabilidade e implementação de um Programa Nacional de Escolas Públicas Integradas de Tempo Integral, resgatando e atualizando a concepção pedagógica e social dos CIEPs (Centros de Inovação e Educação Popular) de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola.



EIXO VII

Saúde Pública, Saúde Mental e Vigilância

*O SUS é o maior patrimônio sanitário
do Brasil — e precisa ser defendido
e preservado*

EIXO VII

Saúde Pública, Saúde Mental e Vigilância

Mesas de referência: 6, 2, 13

“Não há atalhos para o futuro do Brasil. O caminho passa pela floresta, pelos rios, pelo monitoramento inteligente das fronteiras e pelas comunidades mais distantes. Proteger a Amazônia é fazer saúde global — e um ato de soberania nacional.”

— Adele Benzaken, Mesa 6

EM NÚMEROS

90%+

do território nacional coberto pelo SUS — maior sistema de saúde pública do mundo

28 milhões

de prontuários completos na HUBrasil — uma das maiores bases de dados hospitalares do planeta

1%

do orçamento global de saúde para saúde mental — carga que atinge 10% da população

36%

acima da média nacional: taxa de violência sexual nos municípios amazônicos de fronteira

80%

dos cargos de direção do CDC (EUA) vagos em 2026 — espelho do risco para 2026 no Brasil

Proteção institucional

O SUS é, ao mesmo tempo, o maior patrimônio sanitário do país e um sistema permanentemente ameaçado por cortes e pela interferência política sobre decisões técnicas. Este eixo articula três frentes que a pandemia mostrou quanto são indissociáveis: o financiamento estável do sistema, a soberania tecnológica em insumos e dados de saúde, e a proteção da autonomia das autoridades sanitárias diante da desinformação e de iniciativas que enfraquecem a confiança pública na ciência e nas instituições de saúde.

Mais do que uma política restrita ao Ministério da Saúde, trata-se de afirmar uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde com o SUS no centro — reconhecendo que a maior parte da pesquisa de interesse do SUS é, e deve ser, apoiada também por CNPq, CAPES, FAPs e demais agências, em articulação com o Ministério. Essa política abrange três dimensões indissociáveis: as transições saúde-doença (promoção, prevenção, cura e reabilitação, com seus determinantes biológicos, clínicos, epidemiológicos e sociais); a pesquisa sobre os sistemas e as políticas de saúde e sobre as indústrias que produzem medicamentos, vacinas, diagnósticos e equipamentos; e a intersetorialidade e as relações entre saúde e sociedade, tendo a saúde como direito fundamental.

O SUS é, ainda, um potente oligopsônio: adquire cerca de 90% das vacinas, 50% dos equipamentos médicos e 30% dos medicamentos do mercado brasileiro — poder de compra que lhe permite regular e orientar a produção segundo as prioridades públicas. Essa agenda dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com a crise ambiental, e responde à sucessão de epidemias recentes — da COVID-19 à febre amarela, às arboviroses (dengue, Zika, chikungunya) e ao Ebola —, que exige capacidade científica permanente de preparação e resposta.

O Instituto Butantan assim como a Fiocruz são centros que fazem pesquisas na área de vacinas e imunobiológico, mas também são grandes produtores de imunizantes amplamente pesquisados e testados.

O SUS tem cobertura superior a 90% do território nacional — a maior e mais capilar base de dados de saúde pública do mundo. A HUBrasil opera 45 hospitais universitários em 25 estados, com 28 milhões de prontuários. Existem ainda outras bases de dados do SUS que são públicas e que podem ser estruturadas para o desenvolvimento de pesquisas em doenças existentes, bem como nos estudos epidemiológicos e na vigilância em saúde.

Paralelamente, os transtornos mentais atingem cerca de 10% da população, mas recebem apenas 1% dos recursos globais destinados à Saúde. Na Amazônia, região que ocupa 60% do território nacional e atravessa mais de 11 mil km de fronteira, a taxa de violência sexual é 36% superior à média nacional. Em alguns municípios fronteiriços, chega a 163 casos por 100 mil mulheres.

Deisy Ventura (USP/CEPEDISA) definiu com precisão um dos principais inimigos da saúde pública nos dias de hoje: a campanha de desinformação que leva ao encorajamento ativo do descumprimento de medidas sanitárias e à desconfiança em relação às instituições de saúde. Exatamente o que provocou o enfraquecimento do CDC norte-americano (Centers for Disease Control and Prevention) e também ampliou o número de mortes evitáveis no Brasil e no mundo durante a pandemia da COVID-19. Nosso país precisa de proteção institucional robusta para as suas autoridades sanitárias antes que a alternância de poder ameace o que foi construído.

PROPOSTAS

1. Proteger o financiamento do SUS e dos hospitais universitários federais de políticas de austeridade, reconhecendo-os como infraestrutura de segurança sanitária nacional, não como despesa discricionária.
2. Criar programa de Estado para biotecnologia em saúde, articulando Fiocruz, Butantan, universidades e CEIS com horizonte de 20 anos e meta de 70% de autossuficiência em insumos estratégicos. Escalar experiências exemplares, como as novas plataformas de vacinas e de terapias avançadas.
3. Criar Plataforma Nacional Soberana de Dados em Saúde, com acesso regulamentado, governança transparente e LGPD estritamente aplicada — os dados de 170 milhões de usuários do SUS são patrimônio nacional e questão de segurança. A exemplo do Cidacs e da estratégia de Saúde Digital, integrando as bases já existentes do SUS para pesquisa, estudos epidemiológicos e vigilância.
4. Liderar na OMS, OPAS e fóruns multilaterais de saúde, preenchendo o vácuo deixado pela retirada americana com propostas concretas de coordenação e financiamento para países do Sul Global.
5. Elevar o percentual do orçamento da Saúde destinado à saúde mental dos atuais 1% para, ao menos, 5% nos próximos quatro anos — a OMS recomenda 10%. A carga da doença atinge 10% da população brasileira.
6. Integrar indicadores de saúde mental (além de mortalidade e prescrições) às grandes bases de dados do SUS e ao sistema de vigilância epidemiológica nacional.
7. Criar programa específico de CT&I para vigilância e saúde na Amazônia: tecnologias apropriadas para contextos remotos, valorização e remuneração digna dos agentes comunitários de saúde, integração saúde-ambiente-clima.

8. Estruturar ação intersetorial (saúde, meio ambiente e segurança) para enfrentar o garimpo ilegal como problema de saúde pública, com prioridade ao combate à contaminação por mercúrio nos territórios indígenas.
9. Criar marco legal de proteção à autoridade sanitária baseada em evidências, garantindo que decisões do Ministério da Saúde e da Anvisa não possam ser revertidas por autoridades políticas sem base científica — lição extraída do colapso do CDC nos Estados Unidos.
10. Financiar programa de comunicação estratégica em saúde pública com tráfego pago nas plataformas — respondendo à ‘propaganda contra a saúde pública’, com investimento equivalente em comunicação baseada em evidências.
11. Liderar cooperação Sul-Sul em saúde: compartilhar as tecnologias da vacina Butantan-DV, o modelo do SUS e os sistemas de vigilância epidemiológica com países da América Latina, África e Caribe — especialmente no vácuo deixado pelos EUA e a exemplo do que foi feito no México.
12. Criar uma Rede Integrada de Vigilância e Atenção à Saúde para Mulheres e Populações Vulneráveis nas Fronteiras Amazônicas, com foco no acolhimento psicossocial, notificação compulsória e resposta rápida à violência sexual, articulando as áreas de saúde, segurança pública e direitos humanos nesses municípios críticos.
13. Consolidar o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) como política de Estado de longo prazo, garantindo investimentos estruturantes nos laboratórios públicos nacionais e utilizando o poder de compra do SUS para alcançar a autossuficiência na produção de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), vacinas de nova geração e equipamentos médicos, reduzindo a vulnerabilidade geopolítica do país. Articular o CEIS à Nova Indústria Brasil e aos complexos químico, eletroeletrônico, biotecnológico, metalmeccânico e de dados que o sustentam, pois ele não avança isolado.

14. Consolidar a política Estatal de sangue no Brasil, não permitindo a privatização de qualquer serviço correlacionado. Fortalecer a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRAS).
15. Articular o financiamento da pesquisa em saúde para além do Ministério da Saúde — mobilizando CNPq, CAPES, FAPs e demais agências de apoio em cooperação com o MS — e aprimorar os instrumentos de avaliação de impacto social das pesquisas fomentadas.
16. Instituir um programa permanente de preparação e resposta a doenças transmissíveis emergentes e reemergentes, integrando vigilância, desenvolvimento de vacinas e plataformas tecnológicas — capacidade que a COVID-19, a febre amarela, as arboviroses e o Ebola tornaram indispensável.
17. Criar um sistema específico de controle e prevenção de futuras epidemias e pandemias, a exemplo da proposta feita por especialistas de um Centro Brasileiro de Enfrentamento de Emergências em Saúde, com o objetivo de prevenir e preparar o país para as possíveis epidemias e pandemias.

Considerações Finais

Treze mesas. Mais de sessenta pesquisadoras e pesquisadores. Cinco meses de debate público. Este caderno é o resultado de um esforço coletivo que a SBPC faz por acreditar no potencial do Brasil, na força de sua ciência e de seus cientistas, na riqueza de sua diversidade cultural e humana e, sobretudo, na convicção de que uma nação soberana, próspera, justa e saudável se constrói com ampla participação da sociedade nas decisões políticas.

O ciclo Vozes da Ciência revelou, acima de tudo, que a comunidade científica brasileira tem diagnóstico claro sobre os problemas do país e propostas concretas para enfrentá-los. O que falta, e foi observado em quase todos os temas debatidos, não é conhecimento. O país possui diagnósticos consistentes e soluções amplamente conhecidas. O desafio continua sendo transformá-los em prioridade política e ação continuada de governo.

Três fios condutores atravessam todos os sete eixos deste caderno. O primeiro é a **soberania**, que perpassa por diversos aspectos, como a soberania digital e de dados (um país que não controla sua infraestrutura informacional não controla suas decisões), a soberania na área do clima e da segurança alimentar (a agricultura familiar alimenta 70% da população com tecnologias da ciência pública), a soberania na informação e comunicação. Soberania não é isolamento — é a capacidade de fazer escolhas próprias.

O segundo fio é a **redução das desigualdades** como imperativo estrutural. Políticas universais que não considerem a dimensão racial, regional e de gênero tendem a reproduzir as hierarquias que pretendem superar. A ciência brasileira conhece esse mecanismo e busca aplicá-lo a si mesma, além de propô-lo ao restante da sociedade.

O terceiro fio é a **democracia** como condição. Daniel Munduruku desafiou a SBPC a dialogar com os povos indígenas em condições de simetria. Luiz Eduardo Soares demonstrou que nenhum governador no período democrático efetivamente comandou as forças policiais. O jornalista Reinaldo José Lopes alertou que a desinformação é uma guerra, não um mal-entendido. Todos apontam para o mesmo lugar: democracias que não protegem ativamente sua integridade não sobrevivem à pressão dos interesses que se beneficiam da sua erosão.

O quarto fio, que atravessa todos os outros, é a **Amazônia**. Ela aparece em nove das treze mesas deste ciclo: como laboratório de epidemias futuras (Mesas 2 e 6), como território de violência de gênero subnotificada (Mesa 8), como celeiro de conhecimento indígena (Mesa 9), como fronteira do colonialismo digital (Mesa 13), como coração da biodiversidade soberana (Mesa 4), como destino da interiorização universitária (Mesas 5 e 10), como campo de batalha da desinformação (Mesa 11). A Amazônia não é apenas um bioma. Ela é a síntese de todos os desafios e de todas as potências do Brasil, porque reúne muitos dos desafios discutidos aqui: desenvolvimento, biodiversidade, segurança, conhecimento tradicional, ciência, saúde e soberania nacional.

As propostas em síntese

O ciclo Vozes da Ciência 2025/2026 consolidou **117 propostas** distribuídas em sete eixos: 27 no Eixo I (CT&I como Projeto de Nação), 17 no Eixo II (Soberania Nacional: Digital, Tecnológica e Sanitária), 16 no Eixo III (Sustentabilidade, Clima, Biodiversidade e Segurança Alimentar), 11 no Eixo IV (Democracia e Segurança Pública), 14 no Eixo V (Equidade, Diversidade e Justiça Social), 15 no Eixo VI (Educação, Formação e Universidade) e 17 no Eixo VII (Saúde Pública, Saúde Mental e Vigilância).

Não se trata de uma lista de demandas setoriais, mas de uma agenda articulada: cada proposta responde a um diagnóstico produzido coletivamente e que se conecta às demais pelos fios condutores da soberania, da redução das desigualdades e da defesa da democracia.

As propostas mais críticas para a ciência brasileira

Entre as 117, treze propostas funcionam como condição para as demais — se adotadas, destravam o conjunto da agenda:

- 1.** Aprovar mecanismo constitucional de proteção orçamentária para a CT&I, com meta de chegar a 2% do PIB em P&D até 2030 — proposta fundamental, da qual todas as outras dependem.
- 2.** Garantir a plena execução do FNDCT, com vedação absoluta ao contingenciamento e liberação integral dos recursos às agências.
- 3.** Reconhecer a pós-graduação como trabalho científico e reajustar em 45% as bolsas, com indexação ao IPCA — sem pesquisadores não há projeto de nação.
- 4.** Criar infraestrutura digital soberana para o país, priorizando as universidades, por serem sistemas críticos do Estado.
- 5.** Aprovar o marco regulatório das plataformas digitais e da IA, alterando a arquitetura algorítmica e responsabilizando as Big Techs.
- 6.** Instituir cotas de contratação para docentes negros e indígenas nas universidades e assegurar transversalidade racial e de gênero nas políticas públicas — uma ciência que não reflete a sociedade que a financia produz conhecimento incompleto.
- 7.** Regulamentar o uso de redes sociais para promoção da inclusão digital com equidade e justiça social.

- 8.** Criar o Ministério da Segurança Pública, submeter as polícias ao controle social e democrático e instituir mecanismo nacional de proteção de cientistas.
- 9.** Garantir a meta de desmatamento zero na Amazônia até 2030 e instituir o programa de exploração sustentável e soberana da biodiversidade.
- 10.** Estabelecer estratégias nacionais para integração entre CT&I e a NIB visando ao desenvolvimento industrial em todos os setores.
- 11.** Materializar a Lei nº 15.338/2026 (PNE), com financiamento protegido. Estabelecer indicadores e parâmetros claros para o financiamento das universidades e institutos públicos. Valorizar os professores e técnicos e criar os planos de cargos e salários condizentes.
- 12.** Proteger o financiamento do SUS e dos hospitais universitários e criar marco legal de proteção à autoridade sanitária baseada em evidências.
- 13.** Criar um programa de Estado para biotecnologia em saúde, com meta de 70% de autossuficiência em insumos estratégicos até 2030.

Essas treze prioridades não esgotam a agenda, mas são o seu núcleo. Elas sintetizam o que o Termo de Compromisso pede a cada candidata e candidato: tomar decisões públicas fundamentadas no conhecimento científico, nas evidências e nos dados.

*O Brasil que queremos não é uma utopia distante.
É uma escolha que começa agora, neste debate,
com estas perguntas, com estes compromissos.*

*78ª Reunião Anual da SBPC | UFF/Niterói | julho 2026
sbpcnet.org.br | @SBPCnet*

A ciência tem propostas e um espaço para o diálogo.

Escaneie e acesse o **Observatório das Eleições 2026 da SBPC**:
candidatas e candidatos registram seus compromissos com a ciência,
a democracia e a soberania; a sociedade acompanha, pergunta e propõe.



portal.sbpcnet.org.br/observatorio-eleicoes2026



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência

www.sbpcnet.org.br